

Mais Sol Participações S.A.

(Anteriormente denominada Mais Sol Participações Ltda.)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 2646S-040-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Mais Sol Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mais Sol Participações S.A. (anteriormente denominada Mais Sol Participações Ltda.) (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mais Sol Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, não foram examinados por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

Mais Sol Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Ativo circulante					
Caixa equivalentes de caixa	4	4	80	558	261
Contas a receber de clientes	5	-	-	12.306	7.854
Tributos a recuperar	6	143	1	167	36
Adiantamentos a fornecedores	7	184	212	315	1.336
Créditos com empresas ligadas	12	22.700	29.520	20.302	24.274
Outras contas a receber		-	-	772	835
Total do ativo circulante		23.031	29.813	34.420	34.596
Ativo não circulante					
Tributos a recuperar	6	-	-	6.097	6.097
Investimento	8	102.604	97.781	-	-
Imobilizado	9	-	-	90.684	96.463
Ágio (goodwill)	10	1.931	1.931	1.931	1.931
Total do ativo não circulante		104.535	99.712	98.712	104.491
Total do ativo		127.566	129.525	133.132	139.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Mais Sol Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

		Controladora		Consolidado	
		Notas	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	31/12/2025
Passivo circulante					
Fornecedores	11	85	77	6.609	6.749
Obrigações trabalhistas	-	-	-	5	-
Obrigações tributárias	-	2	-	1.928	1.458
Adiantamentos de clientes	-	-	-	30	27
Débitos com empresas ligadas	12	19.212	16.684	1.482	2.673
Dividendos a pagar	-	-	1.559	-	1.559
Total do passivo circulante		19.299	18.320	10.054	12.466
Patrimônio líquido		15			
Capital social		122.686	105.321	122.686	105.321
Lucros ou prejuízos acumulados		(14.824)	5.884	(14.824)	5.884
Reservas		405	-	405	-
Total do patrimônio líquido		108.267	111.205	108.267	111.205
Participação não controladores	-	-	-	14.811	15.416
Total do patrimônio líquido		108.267	111.205	123.078	126.621
Total do passivo e Patrimônio líquido		127.566	129.525	133.132	139.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Mais Sol Participações S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	-	-	21.193	15.153
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(5.680)	(5.680)
Lucro bruto		-	-	15.513	9.473
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	17	(440)	(296)	(4.558)	(1.352)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	845	-
Resultado da equivalência patrimonial	8	8.542	6.265	-	-
		8.102	5.969	(3.713)	(1.352)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		8.102	5.969	11.800	8.121
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	19	(8)	(10)	(57)	(60)
Receitas financeiras	19	7	-	169	111
		(1)	(10)	112	51
Resultado antes dos impostos		8.101	5.959	11.912	8.172
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	18	-	-	(2.181)	(1.685)
Lucro líquido do exercício		8.101	5.959	9.731	6.487
Lucro atribuível aos					
Acionistas controladores	-	8.101	5.959	8.101	5.959
Acionistas não controladores	-	-	-	1.630	528
Lucro líquido do exercício		8.101	5.959	9.731	6.487
Lucro por ação no final do exercício - R\$					
Lucro por ação básico e diluído		0,07	0,06	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Mais Sol Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	8.101	5.959	9.731	6.487
Resultados abrangentes	8.101	5.959	9.731	6.487
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	8.101	5.959	8.101	5.959
Acionistas não controladores	-	-	1.630	528
Resultado abrangente total	8.101	5.959	9.731	6.487

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Mais Sol Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros				Total	Participação de acionistas não controladores	Total
	Notas	Integralizado	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros à destinar	Lucros (prejuízos) acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		105.321	-	-	-	-	105.321	14.736	120.057
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	150	150
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.959	5.959	527	6.486
Dividendos	15	-	-	-	-	(75)	(75)	-	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)		105.321	-	-	-	5.884	111.205	15.413	126.618
Aumento de capital e resultado de incorporação	15	17.365	(22.544)	-	-	-	(5.179)	-	(5.179)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.101	8.101	1.630	9.731
Dividendos	15	-	-	-	-	(5.860)	(5.860)	(2.232)	(8.092)
Constituição de reservas	15	-	-	405	7.720	(8.125)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		122.686	(22.544)	405	7.720	-	108.267	14.811	123.078

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Mais Sol Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

[Valores expressos em milhares de reais]

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		8.101	5.959	9.731	6.487
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	9	-	-	4.097	4.106
Resultado na baixa de ativo imobilizado	9	-	-	1.682	3.551
Resultado de equivalência patrimonial	8	(8.542)	(6.265)	-	-
Total		(441)	(306)	15.510	14.144
(Aumento) redução de ativos					
Contas a receber de clientes	-	-	8	(4.452)	(3.568)
Impostos a recuperar		(3)	-	8	(8)
Adiantamento a fornecedores		60	(51)	1.052	11.694
Outras contas a receber		-	-	63	(835)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	-	8	77	(140)	(8.794)
Obrigações tributárias		2	(7)	470	525
Obrigações trabalhistas		-	-	4	-
Adiantamento de clientes		-	-	3	-
Total		61	27	(2.992)	(986)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais		(374)	(279)	12.518	13.158
Atividades de investimento					
Adições em investimentos	8	(571)	(180)	-	-
Partes relacionadas	-	986	(11.481)	(1.862)	(12.760)
Aquisição de ativo imobilizado	9	-	-	-	(978)
Recebimento de dividendos	8	4.291	222	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		4.706	(11.439)	(1.862)	(13.738)
Atividades de financiamento					
Dividendos pagos	-	(5.860)	(75)	(8.092)	(75)
Aumento de capital		-	-	-	150
Partes relacionadas		1.452	11.850	(2.267)	541
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(4.408)	11.775	(10.359)	616
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(76)	57	297	36
Saldo no início do exercício		80	23	261	225
Saldo no final do exercício		4	80	558	261
Aumento ou redução líquido em disponibilidade		(76)	57	297	36

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Mais Sol Participações S.A. (anteriormente denominada Mais Sol Participações Ltda.) (“Companhia”) CNPJ: 31.232.968/0001-77 é uma sociedade anônima fechada. Constituída em 19 de maio de 2021, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 360, andar 11 conjuntos 111 e 112.

A Companhia e suas investidas controladas, tem como atividades preponderante locação de equipamentos fotovoltaicos, utilizados na geração distribuída. Também são realizadas as atividades de manutenção, reparação e operação destes equipamentos.

1.a) Reestruturação por incorporação reversa

Em 21 de maio de 2025, foi realizada a incorporação reversa envolvendo a Geribá Energy GD S.A. (“GD”) e sua (até então) subsidiária a Mais Sol Participações S.A. (anteriormente denominada Mais Sol Participações Ltda.) (“Companhia”).

Até a data da reorganização societária, a GD era a controladora direta da Companhia, sob o ponto de vista societário, e controladora indireta da UFV SGA I S.A., UFV SGA II S.A., UFV SGA III S.A., Mais H2Energy Solar SPE S.A., UFV Lagoa da Prata S.A., UFV Divinópolis S.A.,

As demonstrações contábeis refletem a continuidade das operações e dos saldos históricos da Mais Sol Participações S.A. e de suas controladas, diante da reorganização da estrutura societária e a adequada apresentação patrimonial após a incorporação.

Atualmente a Companhia detém investimento por meio de participação societária nas seguintes controladas diretas: UFV SGA I S.A., UFV SGA II S.A., UFV SGA III S.A., Mais H2Energy Solar SPE S.A., UFV Lagoa da Prata S.A. e UFV Divinópolis S.A..

Os ativos e passivos incorporados em 21 de maio de 2025 estão relacionados a seguir:

Geribá Energy GD S.A.		Valor de livros	Eliminação de intercompany	Valor a ser incorporado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		28	-	28
Impostos a recuperar		140	-	140
Adiantamento à Fornecedores		34	-	34
Créditos com empresas Ligadas		19.798	(1.561)	18.237
Total do ativo circulante		20.000	(1.561)	18.439
Não circulante				
Investimento		111.280	(111.280)	-
Total do ativo não circulante		111.280	(111.280)	-
Total dos ativos		131.280	(112.841)	18.439
		Valor de livros	Eliminação de intercompany	Valor a ser incorporado
Passivo circulante				
Débitos com empresa ligadas		(25.159)	24.085	(1.074)
Total dos passivos circulantes		(25.159)	24.085	(1.074)
Total do acervo líquido (A)-(P)		(106.121)	88.756	(17.365)
Total dos passivos e do patrimônio líquido		(131.280)	112.841	(18.439)

1.b) Continuidade operacional

A geração de caixa está basicamente limitada às controladas que possuem projetos em fase operacional e, também, a aportes da Geribá Mais Energia I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

Até a data deste relatório os projetos em operação são das controladas, Mais H2Energy Solar SPE S.A., UFV SGA I S.A UFV SGA II S.A., UFV SGA III S.A., UFV Divinópolis S.A. e UFV Lagoa da Prata S.A. Acionistas e administradores mantêm esforços para a realização dos projetos planejados. Os acionistas e administradores não têm a intenção de descontinuar a Companhia, mas dependem da implementação dos projetos planejados anteriormente mencionados para assegurar sua continuidade operacional.

Neste contexto, a administração avaliou a habilidade de a Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que esta possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando ao longo do próximo exercício. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base neste princípio.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como Grupo e individualmente como entidades do Grupo). As controladas diretas da Companhia e que foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são as seguintes:

Controladas	Regime tributário	Controladas diretas	
		2025	2024
UFV SGA I S.A.	Lucro presumido	100%	100%
UFV SGA II S.A.	Lucro presumido	100%	100%
UFV SGA III S.A.	Lucro presumido	100%	100%
Mais H2Energy Solar SPE S.A.	Lucro presumido	100%	74,26%
UFV Divinópolis S.A.	Lucro presumido	77,31%	77,31%
UFV Lagoa da Prata S.A.	Lucro presumido	77,31%	77,31%

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mais Sol Participações S.A. (“Companhia”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas e foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, refletindo a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa do grupo econômico como uma única entidade econômica.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os mesmos critérios adotados na preparação das demonstrações consolidadas, exceto pela mensuração dos investimentos em controladas, que são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 14 de agosto de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações contábeis.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 05 – Contas a receber

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

Nota Explicativa nº 09 – Depreciação e realização do imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado em sua estimativa de vida útil econômica de cada componente.

Nota Explicativa nº 14 – Provisão para demandas judiciais

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível, mas não provável. Perdas materiais avaliadas como possível são demonstradas em notas explicativas das demonstrações contábeis. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas respectivas notas explicativas, tais como determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável.

O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Os ativos e passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, acrescido, quando aplicável, dos custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

3. Políticas contábeis materiais

a) Investimentos em controladas e consolidação

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados nas demonstrações contábeis individuais pelo método da equivalência patrimonial, conforme estabelecido pelo CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo e, posteriormente, ajustado para refletir a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da investida, após a data de aquisição. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos das investidas é reconhecida no resultado do exercício, enquanto a participação em outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os dividendos recebidos ou a receber das controladas reduzem o valor contábil do investimento, não sendo reconhecidos como receita no resultado do exercício, uma vez que representam retorno de capital investido.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma investida iguala ou excede o valor contábil do investimento, incluindo eventuais créditos não garantidos, a Companhia deixa de reconhecer perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações legais ou construtivas ou realizado pagamentos em nome da investida.

A Companhia avalia, em cada data-base, a existência de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (impairment) dos investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Consolidação dos Investimentos

Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos, passivos, receitas e despesas das controladas são integralmente incorporados às demonstrações da Companhia, a partir da data em que o controle é obtido, de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10).

Os saldos e transações intragrupo, bem como receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente na consolidação.

A participação de acionistas não controladores é apresentada de forma segregada no patrimônio líquido e no resultado do exercício consolidado, quando aplicável.

Base de consolidação

i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado.

Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados.

Ganhos e/ou perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

v) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b) Receita operacional

A Companhia exerce função de holding, obtendo resultado a título de equivalência patrimonial, e também realiza prestação de serviços em consultoria.

A geração de receitas nas entidades controladas, e consequentemente nas demonstrações consolidadas, é decorrente locação de equipamentos fotovoltaicos, utilizados na geração distribuída. Também são realizadas as atividades de manutenção, reparação e operação destes equipamentos.

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz suas obrigações de performance, por meio da transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes.

No caso das controladas operacionais, a principal obrigação de performance consiste no fornecimento de energia elétrica, a qual é considerada satisfeita ao longo do tempo, uma vez que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios à medida que a energia é gerada e disponibilizada.

A receita é reconhecida mensalmente, com base na energia efetivamente fornecida no período, considerando os valores contratualmente estabelecidos, desde que seja provável que os benefícios econômico-financeiros associados à transação fluirão para a Companhia e que os valores possam ser mensurados de forma confiável.

A receita é apresentada líquida de devoluções, descontos comerciais, bonificações e tributos incidentes sobre a venda. O momento e a forma de reconhecimento da receita refletem adequadamente o atendimento das obrigações de performance assumidas nos contratos com clientes.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros ativos;
- Receita de rendimentos com aplicações financeiras;
- Despesa de juros passivos;
- Despesa com tarifas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornava uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e possui a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Determina-se três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receberem o fluxo de caixa contratuais e esse fluxo de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia.

Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

Passivos financeiros e outros passivos

Os passivos financeiros e outros passivos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
- Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

f) Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente e perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. Os títulos do contas a receber são avaliados periodicamente e em caso de necessidade de registro de perdas de crédito de liquidação duvidosa, são registrados no resultado do exercício, baseado na estimativa de recebimento de cada cliente e em sua análise de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está enquadrada no regime de tributação do lucro presumido, assim como suas controladas, conforme a legislação tributária vigente.

h) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado corresponde ao prazo estimado do contrato no qual são instalados. Os prazos úteis estimados para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Anos
Máquinas e equipamentos	25
Móveis e utensílios	De 05 a 08
Computadores e periféricos	05

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iii) Redução ao valor recuperável de imobilizado (impairment)

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de “impairment”).

Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

i) Ágio e teste de valor recuperável (impairment)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, e, posteriormente, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável (impairment). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios a partir da data de aquisição são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou quando houver indicação de perda do valor recuperável desse ativo financeiro.

j) Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são títulos derivados de operações normais do negócio, referente a ativo, serviços prestados e despesas correntes do exercício, registrados a valores presentes atualizados de juros e multas quando aplicável.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa de desconto antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando há uma obrigação presente, decorrente da proposta de distribuição aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, ou quando a aprovação da Assembleia é considerada uma formalidade, nos termos da Lei no 6.404/76 e do estatuto social da Companhia.

O dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no estatuto social e na legislação societária vigente, é reconhecido como passivo no encerramento do exercício social, na medida em que represente uma obrigação legal da Companhia, após a apuração do lucro líquido e a constituição das reservas legal e estatutárias aplicáveis.

Os dividendos adicionais propostos, quando existentes, são reconhecidos no patrimônio líquido até a data de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, momento em que passam a ser registrados como passivo.

A distribuição de dividendos não afeta o resultado do exercício, sendo registrada como destinação do lucro líquido no patrimônio líquido da Companhia.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o) Novas pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

A Companhia não tem conhecimento de alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, ou que serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, que tenham impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditada)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditada)
Caixa e bancos	4	80	558	261
Total	4	80	558	261

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Contas a receber de clientes	12.306	7.854
Total	12.306	7.854

Em 31 de dezembro de 2025, as contas a receber de clientes, registradas no consolidado, totalizavam R\$ 12.306, apresentando aumento em relação ao saldo de R\$ 7.854 registrado em 31 de dezembro de 2024.

Os valores referem-se, substancialmente, a créditos decorrentes das operações normais das controladas da Companhia, com prazos de recebimento compatíveis com o ciclo operacional.

A Administração avaliou a recuperabilidade desses créditos e concluiu que não existem perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa na data-base. A Companhia mantém histórico de recebimento favorável e negocia de forma recorrente os saldos em aberto com seus clientes, projetando o recebimento integral dos valores nos próximos exercícios, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 / IFRS 9.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Cofins s/ ativo imobilizado	-	-	5.009	5.009
PIS s/ ativo imobilizado	-	-	1.088	1.088
IR saldo negativo	8	-	8	-
CS saldo negativo	4	-	5	-
Cofins pagamento indevido	4	-	4	1
IRRF pagamento indevido a maior	-	-	8	8
IRRF retido	120	1	123	3
CSLL retido	7	-	12	8
PIS retido na fonte	-	-	1	3
Cofins retido na fonte	-	-	4	13
Outros impostos	-	-	2	-
Total	143	1	6.264	6.133
Circulante	143	1	167	36
Não circulante	-	-	6.097	6.097

Os créditos tributários são compostos, principalmente, por PIS e Cofins vinculados à aquisição de ativo imobilizado, que representam a parcela mais relevante do saldo e permanecem estáveis em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 1.088 (PIS) e R\$ 5.009 (Cofins) no consolidado.

Adicionalmente, os tributos a recuperar incluem créditos de IRRF pago indevidamente ou a maior, CSLL e IRPJ retidos na fonte, ICMS, bem como outros créditos tributários decorrentes das operações da Companhia, todos devidamente suportados por documentação fiscal idônea.

A Administração avalia que os créditos registrados são realizáveis, seja por meio de compensação com tributos vincendos ou por restituição, conforme a legislação tributária vigente, não sendo necessária a constituição de provisão para perda na data-base, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e demais normativos aplicáveis.

7. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Adiantamentos a fornecedores	184	212	315	1.336
Total	184	212	315	1.336

Em 31 de dezembro de 2025, os adiantamentos a fornecedores totalizavam R\$ 315 no consolidado, apresentando redução significativa em relação ao saldo de R\$ 1.336 registrado em 31 de dezembro de 2024. Na controladora, o saldo registrado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 184, comparado a R\$ 212 no exercício anterior.

A redução observada no consolidado decorre, principalmente, da compensação dos valores antecipados com notas fiscais de fornecedores, conforme da efetiva entrega dos bens ou da prestação dos serviços ao longo do exercício. Não houve registro de novas adições relevantes, transferências ou baixas distintas dessa compensação no período.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a valores pagos antecipadamente no curso normal das operações da Companhia e são apropriados ao resultado ou aos ativos correspondentes quando atendidos os critérios de reconhecimento aplicáveis.

8. Investimentos

As informações resumidas abaixo representam dados selecionados das investidas, utilizados para fins de avaliação pelo método da equivalência patrimonial:

Controladas	Participação %	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro (prejuízo)
Direta						
UFV SGA I S.A.	100,00%	23.509	12.500	16.000	3.916	1.717
UFV SGA II S.A.	100,00%	18.639	13.000	14.920	1.703	483
UFV SGA III S.A.	100,00%	16.394	13.000	15.030	2.512	630
Mais H2Energy Solar SPE S.A.	100%	2.712	3.454	2.676	622	158
UFV Divinópolis S.A.	77,31%	35.064	32.661	32.739	4.853	2.417
UFV Lagoa da Prata S.A.	77,31%	34.004	32.947	33.542	7.588	4.767
Total	-	130.322	107.562	114.907	21.194	10.172

Para a controladora, os investimentos da Companhia referem-se a participações societárias em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha participações relevantes em empresas do segmento de geração de energia, com percentuais de participação que variam entre 74,26% e 100%, cujas informações patrimoniais e de resultado estão apresentadas de forma resumida no quadro de posição dos investimentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os investimentos apresentaram aumento líquido em relação ao saldo total de ativos de R\$ 97.781 registrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação decorre, principalmente, do reconhecimento do resultado positivo das investidas pelo método da equivalência patrimonial, totalizando R\$ 8.542 no período.

Adicionalmente, houve distribuição de dividendos por determinadas investidas, no montante total de R\$ 4.291, os quais reduziram o valor contábil dos respectivos investimentos, conforme previsto na norma contábil aplicável.

a) Movimentação Investimentos

Nome das controladas	Saldo em 31/12/2024	Adições (i)	Equivalência patrimonial	Dividendos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mais H2Energy Solar SPE S.A.	2.507	571	158		3.236
UFV SGA I S.A.	14.233		1.717		15.950
UFV SGA II S.A.	14.436		483	-	14.919
UFV SGA III S.A.	14.281	-	630	-	14.911
UFV Divinópolis S.A.	24.590	-	1.869	(1.142)	25.317
UFV Lagoa da Prata S.A.	27.734	-	3.685	(3.148)	28.271
Total	97.781	571	8.542	(4.290)	102.604

(i) Aquisição de participação em 01/08/2025 aumentando o percentual de investimento da Mais Sol Participações S.A.

9. Imobilizado

Descrição – Consolidado	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Custo em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	100.515	1.979	1.105	103.599
Baixas	(1.682)	-	-	(1.681)
Custo em 31 de dezembro de 2025	98.833	1.979	1.105	101.918
Depreciação em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	(7.136)	-	-	(7.136)
Depreciação do período	(4.097)	-	-	(4.097)
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	(11.233)	-	-	(11.233)
Valor contábil				
Em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	93.379	1.979	1.105	96.463
Em 31 de dezembro de 2025	87.600	1.979	1.105	90.684

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de custo do imobilizado totalizava R\$ 101.918, composto, principalmente, por máquinas e equipamentos, além de imobilizado em andamento referente automação dos projetos vigentes e terrenos. No exercício, foram registradas baixas no montante de R\$ 1.682, relacionadas à retirada de ativos que não apresentavam mais expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A depreciação do período totalizou R\$ 4.097, calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens. Em decorrência disso, o saldo da depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 11.233.

Em função desses movimentos, o valor contábil líquido do imobilizado passou de R\$ 96.463 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 90.685 em 31 de dezembro de 2025, refletindo, substancialmente, o efeito da depreciação e das baixas ocorridas no exercício.

10. Ágio

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo intangível da Companhia totalizava R\$ 1.931, integralmente composto por ágio por expectativa de rentabilidade futura, registrado na aquisição das controladas UFV Divinópolis S.A., UFV Lagoa da Prata S.A. e UFV Geração Solar Ltda. (anteriormente denominada Décima Quarta UFV Geração Solar Ltda.).

Nome das controladas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024 (Não auditado)
UFV Divinópolis S.A.	965	965
UFV Lagoa da Prata S.A.	966	966
Total	1.931	1.931

O ágio foi reconhecido no exercício de 2021, com fundamento nas projeções de resultados futuros das investidas e permanece registrado pelo seu valor contábil, uma vez que a Administração não identificou, na data-base, indícios de perda por redução ao valor recuperável.

A Administração realiza, periodicamente, a avaliação da recuperabilidade do ágio, considerando premissas econômicas, operacionais e financeiras consistentes com o desempenho esperado dos ativos e com as condições de mercado.

11. Fornecedores

Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Fornecedores	85	77	6.609	6.749
Total	85	77	6.609	6.749

Os saldos de fornecedores referem-se, substancialmente, a obrigações decorrentes da aquisição de materiais de consumo e da contratação de serviços, incorridos no curso normal das operações da Companhia, com prazos de pagamento compatíveis com as práticas comerciais usuais.

A Administração entende que os valores registrados refletem adequadamente as obrigações existentes na data-base, não havendo encargos relevantes ou riscos associados ao seu não pagamento.

12. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas, as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Os saldos em 31 de dezembro de 2025, na controladora e consolidado, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Ativo circulante				
Conta corrente ativa				
Geriba Energy GD S.A. (i)	-	24.085	-	24.274
Geribá Energy Esco I S.A. (ii)	20.302	-	20.302	-
Consorcio Tupis	7	3	-	-
Consorcio Illuminatus I	-	22	-	-
Associação Mais Sol I	-	80	-	-
Consórcio Tupi e Terena	-	1.626	-	-
UFV SGA I S.A.	290	289	-	-
UFV SGA II S.A.	2.074	2.074	-	-
Mais H2Energy Solar S.A.	27	-	-	-
UFV Divinópolis S.A	-	1.341	-	-
Total do ativo	22.700	29.520	20.302	24.274
Passivo circulante				
Conta corrente passiva				
UFV SGA III S.A.	623	1.157	-	-
UFV Lagoa da Prata S.A.	1.243	5.175	-	-
UFV Divinópolis S.A.	1.527	2	-	-
Consorcio Illuminatus I	1.551	-	-	-
Consorcio Terena	1.626	1.626	-	-
Associação Mais Sol	347	-	383	-
Geribá Energy ESCO I S.A	-	-	1.099	2.673
Mais H2Energy Solar SPE S.A.	918	632	-	-
UFV SGA II S.A.	6.428	4.756	-	-
UFV SGA I S.A.	4.949	3.336	-	-
Total do passivo	19.212	16.684	1.482	2.673

(i) Em 31 de dezembro a Companhia mantinha saldos credores de R\$ 24.085 junto à Geriba Energy GD S.A., controladora da Companhia à época. Em 21 de maio de 2025, o saldo foi baixado como resultado da incorporação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.a).

(ii) Em 31 de dezembro a Companhia possui saldos credores de R\$ 20.302 junto à Geriba Energy Esco I S.A., advindo em parte da incorporação da Geriba Energy GD S.A., conforme descrito na nota explicativa 1.a). O saldo é mantido como operação de conta corrente, sem a incidência de juros e com vencimento indeterminado.

Os saldos apresentados de ativos e passivos não possuem incidência de juros, prazos ou vencimentos previamente estabelecidos e não possui qualquer movimentação no resultado além de não possuir garantias, uma vez que se trata de conta corrente e saldos de dividendos entre companhias do mesmo grupo.

13. Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não efetuou pagamentos de remuneração fixa ou variável, tampouco concedeu benefícios de longo prazo, planos de previdência complementar, pagamentos baseados em ações, bônus ou qualquer outra forma de remuneração indireta aos seus administradores.

Eventuais remunerações relacionadas à gestão operacional da companhia e de suas controladas são realizadas diretamente pelas suas controladoras, em conformidade com a estrutura societária e operacional do Grupo.

A Companhia não possui, na data-base, planos de remuneração vinculados ao desempenho, participação nos lucros, opções de ações ou instrumentos financeiros concedidos aos administradores.

As políticas de remuneração da Administração são definidas pelos acionistas em conformidade com o estatuto social e com a legislação societária vigente, podendo ser revistas a qualquer tempo, de acordo com a evolução das atividades e da estrutura operacional da Companhia.

14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve constituição de provisão para contingências, devido a Companhia não possuir processos judiciais em andamento.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 122.686 (R\$ 105.321 em 2024), representada por 114.416.000 (114.416.000 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de maio de 2025 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 17.365, aportado através do acervo líquido da operação de incorporação com a Geribá Energy GD S.A.

	Participação	R\$
Geribá Mais Energia I FIP Multiestratégia	99,99%	122.685
Geribá Energy Holding Ltda.	0,01%	1
Total	100,00%	122.686

b) Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos dividendos no montante total de R\$ 5.860 (R\$ 75 em 2024) para a controladora e de R\$ 8.092 (R\$ 75 em 2024) para o consolidado.

Tais valores encontram-se devidamente refletidos na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, reduzindo os respectivos saldos de patrimônio líquido no período.

c) Reserva Legal

Nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, a Companhia destinou 5% do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal, no montante de R\$ 405, conforme evidenciado na DMPL.

A constituição da reserva legal é obrigatória por força de lei, não estando sujeita à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada apenas para compensação de prejuízos ou aumento de capital.

d) Resultado de incorporação

Em maio de 2025, a Companhia incorporou a totalidade do patrimônio líquido da Geribá Energy GD S.A. Como efeito da incorporação, os saldos de créditos e débitos mantidos entre a Companhia e a Geribá Energy GD S.A. apresentados como débito com empresas ligadas e crédito com empresas ligadas deixaram de existir em razão da fusão patrimonial decorrente da unificação das duas entidades em uma só, tendo sido baixados na data-base da operação. O efeito líquido dessa baixa, no montante de R\$ 22.544 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, como reserva de capital e será absorvida do capital social em período posterior.

16. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Receita operacional bruta	22.032	15.780
Receita de locação	20.450	14.166
Receita de manutenção e operação	1.582	1.614
Deduções	839	627
PIS	143	103
Cofins	661	473
ISS	35	51
Receita operacional líquida	21.193	15.153

17. Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Salários e benefícios	-	-	(1.085)	-
Depreciação	-	-	(4.097)	(4.106)
Serviços Pessoa Jurídica	(435)	(291)	(5.010)	(2.180)
Outros custos e despesas	(5)	(5)	(46)	(746)
Custos e despesas totais	(440)	(296)	(10.238)	(7.032)
Custos dos serviços prestados	-	-	(5.680)	(5.680)
Despesas administrativas e comerciais	(440)	(296)	(4.558)	(1.352)

18. Imposto de renda e contribuição social – Corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no lucro presumido conforme demonstrado a seguir:

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social – Corrente

a) Lucro presumido – Controladora

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Receita de locação	-	-
Receita de manutenção e operação	-	-
Lucro presumido - 32%	-	-
Lucro presumido - 12%	-	-
Outras receitas	7	-
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL	7	-
Alíquota fiscal combinada		
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ - 15% + Adicional - 10%	-	-
(x) Aplicação de alíquotas do CSLL - 9%	-	-
(=) Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
(=) Total Imposto de renda e contribuição social	-	-

b) Lucro presumido – Consolidado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Receita de locação	20.450	14.166
Receita de manutenção e operação	1.582	1.614
Lucro presumido - 32%	7.050	5.050
Outras receitas	169	111
(=) Base de cálculo de IRPJ e CSLL	7.219	5.161
Alíquota fiscal combinada		
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ - 15% + Adicional - 10%	(1.524)	(1.221)
(x) Aplicação de alíquotas do CSLL - 9%	(657)	(464)
(=) Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.181)	(1.685)
(=) Total Imposto de renda e contribuição social	(2.181)	(1.685)

Lucro presumido: o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$60 por trimestre e 9% de CSLL).

19. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(8)	(10)	(57)	(60)
Total	(8)	(10)	(57)	(60)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	7	-	169	111
Total	7	-	169	111
Resultado financeiro	(1)	(10)	112	51

20. Gestão de riscos financeiros (consolidado)

As atividades da Companhia e suas controladas as expõe à riscos financeiros, basicamente compostos por risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. A administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico relacionado a riscos significativos individuais.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

21. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *